

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.403 - SP (2019/0283769-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : JSL S/A  
**OUTRO NOME** : JULIO SIMÕES TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA.  
**ADVOGADOS** : FÁBIO IZIQUE CHEBABI - SP184668  
FELIPE DE CASTRO LEITE PINHEIRO - SP300777  
**AGRAVANTE** : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO - EM  
LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL  
**ADVOGADO** : MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748  
**AGRAVADO** : VALDELUCIA BEZERRA LEITE  
**ADVOGADO** : JANICE CRISTINA DE OLIVEIRA - SP118185

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por JÚLIO SIMÕES TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 1.061/1.063).

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo da agravada, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 903):

Apelação. Responsabilidade civil – Acidente de trânsito (ônibus e motocicleta) – Óbito do motociclista – Testemunhas presenciais que relataram como causa do acidente a invasão da contramão de direção pelo condutor do ônibus – Alteração do sítio da colisão que transfere para a ré, proprietário do ônibus, o dever de provar a alegada culpa exclusiva imputada ao motociclista – Versão do condutor do coletivo não provada – Culpa do preposto da ré configurada – Culpa da vítima não provada - Danos materiais – Pensão mensal reconhecida em favor da autora no valor de 2/3 do salário mínimo – Redução do valor para 1/3 do salário mínimo, a partir do hipotético 25º aniversário da vítima – Termo final da pensão fixado na data em que a vítima viesse a completar 70 anos de idade – Danos morais reconhecidos – Perda de ente querido, filho – Indenização arbitrada em 100 salários mínimos – Correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros de mora a partir da data do sinistro (Súmula 54 do STJ) – Possibilidade de ser descontada a quantia indenizada pelo seguro obrigatório DPVAT (Súmula 246/STJ). Ação julgada procedente – Sentença reformada.

Responsabilidade civil Acidente de trânsito (ônibus e motocicleta) - Lide secundária procedente - Ressarcimento nos limites da apólice contratada. Incidência da Súmula 537 do e. Superior Tribunal de Justiça: “Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denúncia ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento de indenização devida à vítima, nos limites contratados da apólice”. Seguradora que se forra dos encargos de sucumbência, por falta de resistência na lide de regresso, mas procederá ao reembolso do que, a tal título, pagar a denunciante, na lide primária, nos limites da apólice. - Recurso provido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 969/984).

No recurso especial (e-STJ fls. 997/1.026), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou negativa de vigência dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, sob o argumento de que o acórdão recorrido teria sido omissos na valoração da prova produzida.



Suscitou violação dos arts. 14 e 17 do CDC, 735 do CC/2002 e 5º da LINDB, defendendo a tese de que a vítima não era passageira nem mesmo consumidora, razão pela qual não se aplicaria a responsabilidade objetiva discutida nos autos.

Alegou afronta aos arts. 7º, 373 e 926 do CPC/2015 e 186, 403, 884, 927, 944 e 945 do CC/2002, almejando a possibilidade de aplicação da culpa exclusiva da vítima como forma de afastar o dever de indenizar. Nesse contexto, afirmou que o acórdão deixou de considerar que a vítima não era habilitada para dirigir e que os depoimentos das testemunhas arroladas pela recorrida não prestam para ratificar a versão dos fatos narrados na inicial.

Por fim, sustentou divergência jurisprudencial quanto ao valor fixado a título de danos morais.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 1.048/1.058).

No agravo (e-STJ fls. 1.074/1.089), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 1.091/1.103).

É o relatório.

Decido.

Em relação à afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, a Justiça local decidiu a matéria controvertida, ainda que contrariamente aos interesses da parte. Não há, portanto, omissão alguma a ser sanada.

Quanto à ofensa ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, não assiste razão à recorrente, visto que o Tribunal *a quo* solucionou o litúgio, mesmo que em desfavor de sua pretensão, não incorrendo em nenhum vício previsto no dispositivo mencionado.

A alegação genérica de ofensa a artigo de lei federal, sem indicar em que medida teria o acórdão recorrido vulnerado tal norma e qual seria sua correta interpretação, enseja deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível, assim, o recurso especial quanto à violação dos arts. 7º e 926 do CPC/2015 e 403 do CC/2002, uma vez que a argumentação deficiente não permite a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula n. 284 do STF.

Ademais, o recurso interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional deve apontar em que dispositivo legal se fundamenta a insurgência. No que se refere à revisão do *quantum* arbitrado a título de danos morais, não foi indicado o artigo de lei ao qual foi atribuída interpretação divergente. Aplica-se, novamente, a Súmula n. 284/STF.

Em relação à suposta ofensa aos arts. 14 e 17 do CDC, 735 do CC/2002 e 5º da LINDB, a tese apresentada pela recorrente de inexistência de responsabilidade objetiva – uma vez que não há relação jurídica entre a vítima e as partes – não foi debatida anteriormente,



carecendo assim de prequestionamento. Aplicam-se as Súmulas n. 282 e 356 do STF.

No que respeita à responsabilidade da recorrente pelo acidente de trânsito, cumpre esclarecer que o Tribunal de origem enfrentou a questão da seguinte maneira (e-STJ fls. 905/915):

Em relação à dinâmica do acidente, são antagônicas as versões da petição inicial e da contestação.

A petição inicial descreve colisão frontal provocada a partir da invasão da contramão pelo coletivo, ao passo que a ré/apelada, em defesa, alega de que a colisão ocorreu em razão de a motocicleta ter ingressado no cruzamento em alta velocidade.

[...]

As testemunhas arroladas pela autora são claras no sentido de que o acidente foi provocado pela manobra do motorista do ônibus que, para desviar de quebra-molas no local, derivou para o lado, invadiu a contramão de direção e colidiu com a motocicleta que provinha em sentido contrário.

Ambas as testemunhas afirmam que o local do acidente foi alterado, ou seja, houve movimentação dos veículos por prepostos da ré/apelada, fato que, aliás, é corroborado no histórico do boletim de ocorrência de fls. 13/14.

A própria autoridade policial afirma ter sido induzida a erro, na medida em que fora cientificada de que a vítima se encontrava com lesões leves, razão pela qual liberou o local por ser a via de grande movimento de veículos e coletivos.; na realidade, como consta dos autos, a vítima morreu em razão das severas lesões sofridas.

Tendo havido alteração da posição dos veículos por prepostos da empresa proprietária do ônibus, autorizada pela autoridade policial, o ônus da prova de que o motociclista provinha de via secundária e cruzou a pista preferencial, transfere-se para a ré/apelada.

Esta versão, porém, restou isolada nos autos.

Trata-se de versão descrita pelo condutor do coletivo e que redundou na elaboração do croqui de dinâmica de fls. 888.

Conforme assentado, há prova testemunhal que ampara a versão constante da inicial, no sentido de que a colisão foi causada pela invasão do ônibus na contramão de direção. As testemunhas que confirmam esta versão foram regularmente compromissadas e não há motivo para que mentissem em Juízo.

A alteração do local do acidente com vítima fatal também é fato provado nos autos, pois a autoridade policial admite ter autorizado para que o trânsito fosse liberado a partir de informação inverídica de que as lesões provocadas na vítima eram de natureza leve, quando, na realidade, o fato era de extrema gravidade, tanto que a vítima faleceu.

Com a modificação do local do sinistro, inviabilizou-se melhor apuração pericial e o laudo apresentado reflete a versão do condutor do ônibus. Contra tal versão contrapõem-se os incisivos depoimentos de duas testemunhas compromissadas, que afirmaram ter o ônibus transitado pela contramão, dando causa ao acidente. Se se entender que disso resulta quadro de dúvida, ela deve ser resolvida em favor da autora, pois a ré é empresa que exerce atividade concessionária de transporte público de passageiros, respondendo objetivamente pelos danos que, em tal condição, causar.

[...]

Cabia, então, à ré/apelada provar a culpa exclusiva da vítima, ou seja, demonstrar que o motociclista estava trafegando por via secundária e ingressou no cruzamento sem respeitar a preferência de passagem do ônibus, versão desmentida por duas testemunhas presenciais.

A versão da testemunha da ré remanesceu isolada, sendo certo que se tratava de passageira que se encontrava sentada no meio do ônibus, e que admitiu não ser habilitada para conduzir veículos e assim “não entender muito disso” referindo-se às coisas do trânsito.

Ademais, está provado que o ônibus foi removido do local da colisão, e a testemunha insistiu em negar tal fato, o que torna duvidosa a sua versão.

Afastada, assim, a hipótese de culpa exclusiva da vítima, é de todo relevante consignar



que a ré/apelante é empresa concessionária de serviço público de transporte, com responsabilidade de índole objetiva, conforme o disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

Importa no caso destacar a obrigação constitucionalmente imposta à empresa que recebe a delegação para atuar em serviço público essencial.

[...]

Nesse contexto, portanto, por se tratar de responsabilidade objetiva, cabia à empresa ré, permissionária de serviço público de transporte de passageiros, provar eventuais hipóteses excludentes do nexo de causalidade entre a conduta do motorista e o acidente causado (culpa exclusiva da vítima, fato exclusivo de terceiro, caso fortuito ou força maior) o que, no caso concreto, não cuidou de fazer.

[...]

Diante do quadro de provas produzidas no sentido de que a colisão ocorreu a partir do ingresso do ônibus pela contramão, ficou suficientemente demonstrada a culpa do preposto da ré, cabendo a esta responder pela reparação dos danos, por se tratar da empregadora e proprietária do coletivo, que não logrou comprovar o rompimento do nexo etiológico.

Não há prova de culpa exclusiva da vítima, e assim prepondera a obrigação indenizatória que emerge da responsabilidade civil da empresa que atua em serviço público de transporte de passageiros, na qualidade de concessionária.

Cabe, assim, a reparação dos danos.

Assim, para modificar as conclusões do acórdão recorrido, a fim de acolher a tese de ausência de responsabilidade da recorrente pelo acidente de trânsito, seria imprescindível o revolvimento de matéria fático-probatória, providência vedada nesta instância, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo. Nos termos do art. 85, §§ 1º e 11, do CPC/2015, seria caso de majorar os honorários advocatícios. No entanto, deixo de fazê-lo, tendo em vista que foram arbitrados em percentual máximo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator